

# **A Capa do Livro Brasileiro 1820-1950**









# A Capa do Livro Brasileiro

1820-1950

UBIRATAN MACHADO

  
Ateliê Editorial

**SESI-SP** editora



Copyright © 2017 Ubiratan Machado

Direitos reservados e protegidos pela Lei

9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem  
autorização, por escrito, da editora.



*Editor*

Plínio Martins Filho

*Administrativo*

Vera B. Martins

*Produção editorial*

Camyle Cosentino

Aline Sato

***SESI-SP* editora**

*Conselho Editorial*

Paulo Skaf (Presidente)

Walter Vicioni Gonçalves

Neusa Mariani

*Editor-chefe*

Rodrigo de Faria e Silva

*Produção gráfica*

Camila Catto

Valquíria Palma

Sirlene Nascimento

Direitos reservados a

**ATELIÊ EDITORIAL**

Estrada da Aldeia de Carapicuíba, 897

06709-300, Granja Viana - Cotia - SP

Telefax: (11) 4612-9666

contato@ateliê.com.br

www.ateliê.com.br

Printed in Brazil 2017

Foi feito o depósito legal

**SESI-SP EDITORA**

Avenida Paulista, 1.313, 4º andar

01311-923, São Paulo - SP

Telefone: (11) 3146-7308

editora@sesisenaisp.org.br

www.sesispeditora.com.br

# Sumário

Prefácio	7
01. Sessenta Anos de Solidão	9
02. A Revolução Industrial e o Livro	11
03. Romantismo. Décadas de 1830 e 1840	17
04. Consolidação do Romantismo 1850-1860	23
05. As Primeiras Capas Ilustradas	33
06. Laemmert	45
07. O Livro Brasileiro se Renova	51
08. O Naturalismo Chegou	59
09. Julião Machado	73
10. O Livro Simbolista	79
11. Os Primeiros Anos do Século xx	91
12. 1917: Revolução na Capa do Livro Brasileiro	115
13. Raul Pederneiras e Kalisto	133
14. Livros Encadernados e Cartonados	147
15. Correia Dias	153
16. Um Mercado em Ebulição	169
17. J. Carlos	219
18. Ainda a Década de 1920	233
19. Di Cavalcanti	275
20. Juvenal Prado	285
21. Paim	299
22. Capas e Capistas da Obra Infantil de Monteiro Lobato	307
23. Novos Autores e Capistas de Literatura Infantil	329
24. Companhia Melhoramentos	343
25. Belmonte	363
26. A Capa do Livro Popular nas Décadas de 1920 e 1930	379
27. A Década Prodigiosa	401
28. José Olympio e Santa Rosa	443
29. Livraria do Globo	473
30. Editora Martins	501
31. A Época das Coleções Populares	517
32. Cinema, Fotografia ou Desenho?	541
33. Década de 1940	549
34. Surgem as Sobrecapas	589
35. Clubes do Livro	627
Bibliografia	639
Índice Remissivo	641
Agradecimentos	663



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)	
<hr/>	
Machado, Ubiratan	
A Capa do Livro Brasileiro 1820-1950 / Ubiratan Machado. - Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Sesi-SP Editora, 2017.	
Bibliografia.	
ISBN 978-85-7480-777-5 (Ateliê Editorial)	
ISBN 978-85-504-0383-0 (Sesi-SP Editora)	
1. Artes gráficas - Brasil 2. Bibliofilia 3. Capas de livros - Brasil - História	
4. Editores e indústria editorial - Brasil - História 5. Livros - Brasil - História	
I. Título.	
CDD 002	
<hr/>	
Índices para catálogo sistemático:	
1. Livros: Capas: História editorial e literária: Bibliofilia 002	

# Prefácio

## Capistas brasileiros e “o arrepio da terra”

*A biblioteca que se forma é uma vida. Nunca, digamos, uma soma de livros soltos [...] Seguimos certos assuntos e, ao fim de um tempo, terminamos por definir mundos; por desenhar, se prefere, o percurso de uma viagem, com a vantagem de que conservamos suas marcas.*

CARLOS MARÍA DOMÍNGUEZ, *A Casa de Papel*

Ubiratan Machado é um desses raros colecionadores de livros para quem os critérios tradicionais da bibliofilia devem ser a todo o tempo subvertidos. Brochuras baratas, com as capas rasgadas, impressas em papel de má qualidade e carcomidas por carunchos, merecem acolhimento em sua colossal e nobilíssima biblioteca. Mas não nos enganemos: a subversão constitui apenas um dos lugares desse imenso labirinto que é a sua casa de livros; pois bem sabemos que nosso autor não é de todo insensível e avesso às raridades, àquelas edições que fazem enrubescer o mais intrépido colecionador.

Imagino-o, não sem uma boa dose de dor de cotovelo, rodeado por livros. Volumes a perder de vista que forram as paredes, os rodapés, escoram as portas, deitam-se sobre os armários e nos surpreendem nos mínimos desvãos dos cômodos da casa. Livros, livros, livros... livros à mancha, diria um Castro Alves estupefato ao adentrar no apartamento de Ubiratan Machado. Todavia, nesse aparente caos que é uma casa de livros, vemos surgir algumas belas edições que, aos poucos, vão constituindo capítulos inestimáveis de nossa história editorial e literária.

Uma primeira contribuição de peso se vislumbra em *A Etiqueta de Livros no Brasil. Subsídios para uma História das Livrarias Brasileiras* (Edusp; Imprensa Oficial, 2003). Livro estupendo, no qual o autor nos convida a percorrer as principais capitais brasileiras e a conhecer, por detrás dos selos que amiúde acompanham as edições antigas, o desenvolvimento do mercado livreiro por seus principais agentes, claro, mas também por leitores, agregados, convivas e observadores ocultos que deixaram sua marca na cultura livresca de uma rua, de um bairro e de uma cidade. Ou daí para o mundo, segundo o lema daquela prestigiosa livraria da rua da Praia, em Porto Alegre: *Urbi et orbi*. A história se prolonga na edição preciosa de *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras* (Ateliê Editoria, 2008) e atinge seu zênite em *História das Livrarias Cariocas* (São Paulo, Edusp, 2012), em que Ubiratan Machado dá voz às histórias e interpretações de uma temática até então bastante marginal e apenas possível com o arsenal de fontes que só ele possui.

Aliás, reside nesse ponto a força e a originalidade de sua obra. Tudo parte de uma coleção densa, variada e aparentemente caótica. Não seria diferente

com *A Capa do Livro Brasileiro (1820-1950)*, um volume alentado, que logra reunir 1707 capas. Note o leitor que não há recortes muito rígidos nessa seleção: não se trata de tomar apenas um ou outro gênero da literatura; tampouco de privilegiar técnicas e soluções estéticas; e muito menos de dar voz aos artistas mais conhecidos. Não há atalhos e caminhos fáceis na reconstituição dessa história que se pretende a um só tempo gráfica, literária e cultural. Afinal de contas, se as etiquetas têm tanto a dizer sobre um mundo de livrarias e de leitores não raro relegados ao olvido, também as capas constituem linguagens, aspirações, visões de mundo. Do ponto de vista das técnicas e processos, elas revelam momentos importantes do desenvolvimento das artes gráficas e seus pontos de contato com o que vemos na Europa e nos Estados Unidos, nos séculos XIX e XX.

Essa comunhão entre arte e espírito se exprime bem em algumas passagens iluminadas do texto. Sobre os livros românticos, observa o autor: “Na década de 1830 o emprego de cores vivas na capa (em especial, o azul e o verde) se torna comum, em substituição aos tons neutros. A mudança de gosto em curso no país se evidencia com a introdução



do ultrarromantismo e a *afirmação* do romantismo, expressa a partir da simbologia das vinhetas, a qual *afirma* uma aspiração tipicamente romântica: a poesia se sobrepondo ao tempo e ao poder” (p. 15).

Noutro momento, ao comentar um dos pontos altos da capa de livros no Brasil, escreve: “Ao libertar a imaginação, superando o mero exercício da observação, o artista concilia a beleza caprichosa e sugestiva do desenho com o clima espiritual da obra, como na pequena joia que é a capa de *Fim* (1921)” (p. 171).

Ou, quando trata das capas de livros infantis: “Em 1894, a Biblioteca Infantil da Livraria do Povo lança o primeiro volume, *Contos da Carochinha*, seguido por *Histórias da Avozinha* e *Histórias da Baratinha*, ambos de 1896 e, na sequência, vários outros. Julião Machado cria para a coleção uma capa padrão, aqui representada pela segunda edição das *Histórias da Baratinha* (1912). É um trabalho gracioso, mas muito europeu, em espírito e representação, sem o arrepio da terra” (p. 63).

Nada escapa ao autor nessa trama enorme de cores, traços, tipos, letras, logos, assinaturas, cortes, papeis... Tudo foi pacientemente tecido no fio de uma vida cimentada entre livros.

À capacidade imaginativa soma-se o método necessário para a seleção e organização. Nesse ponto, deve-se esclarecer que o leitor caminha seguro pelas páginas. O livro se orienta a partir de capítulos temáticos, os quais, por sua vez, dispõem-se em ordem cronológica: ora são as correntes literárias que delimitam as escolhas, tais como o Romantismo, o Naturalismo, o Simbolismo e o Modernismo, com suas diferentes gerações; ora são os editores, ou os artistas que justificam a exposição. Há certos recortes dedicados exclusivamente à materialidade

do livro, quando se coloca acento aos “livros encadernados e cartonados”, na década de 1920, ou às sobrecapas, que surgem com força no pós-II Guerra. A relação entre literatura e público se torna igualmente objeto de investigação sob o viés dos gêneros editoriais, com suas múltiplas variantes, das edições infantis às assumidamente populares, com algumas pausas interessantíssimas no erotismo – tão em voga nos dias de hoje – e a articulação do livro com outras mídias de massa, por exemplo, o cinema.

Há, no fundo, uma busca desenfreada por uma temática, ou uma questão, ao longo de todo esse percurso. O que não se nota apenas nesse livro, mas no conjunto das contribuições de Ubiratan Machado para a história do livro no Brasil, embora possivelmente a arte da capa, ao conciliar o engenho e o espírito do artista, tenha lhe permitido um mergulho mais profundo nessa busca, ou nessa inquietação. Referimo-nos a esse “arrepio da terra” que aparece com frequência em seus comentários, sob terminologia variada, mas que se traduz, já no título, em “capa do livro brasileiro”. Posto no singular, adjetivado, o título não deixa dúvida quanto a esse desejo de adentrar na essência de nossa brasilidade, sob a chave da formação, tão cara à nossa literatura. Todavia, o autor não perde de vista as múltiplas transferências e apropriações que há entre a arte e o espírito, o local e o universal. Num só termo, como nossos olhos podem testemunhar ao percorrer essas páginas, o “arrepio da terra” acaba por se tornar esse amálgama de aspirações locais e universais, variando o tom ao sabor dos talentos individuais e das tendências estéticas.

Essa inquietude se traduz, outrossim, no desejo inconsolável de dar voz aos capistas. De reconhecer nas assinaturas

seres humanos de carne e osso, com suas histórias, suas preferências artísticas, seus hábitos, suas manias. Difícil não congregarmos com o autor dessa vontade de fazer emergir cada um desses nomes para o panteão das artes gráficas, como quem grita em alto e bom som que é passado o tempo do anonimato. Que é chegado o momento de reconhecer a autoria da capa (e das ilustrações) nos catálogos bibliográficos e também nos *sites* de buscas de bibliotecas. Nesse ponto, o livro que ora se publica faz engrossar o coro pelo reconhecimento do *design* brasileiro e de seus protagonistas. Ele contribui de forma eloquente para o enriquecimento de nossa memória gráfica.

História e memória se enlaçam nessa trama riquíssima e complexa que constitui a arte da capa no Brasil, feita por brasileiros, mas também por algumas figuras ímpares que fizeram desse país sua morada. E que tentaram, também eles, exprimir esse “arrepio da terra”. Por fim, é preciso dizer que esse livro encerra uma história da capa brasileira em sua forma mais bem acabada. Mas ele constitui também, como matéria bruta, uma série de outras histórias apenas enunciadas, à espera de outros narradores, de novos desfechos.

*A Capa do Livro Brasileiro* é também a materialização da memória de seu autor. Daquele “arrepio da terra” que se procura por entre as paredes, nos rodapés, nos armários, nos mínimos desvãos de um cômodo. É a parte que nos foi permitido perscrutar de uma casa de livros cimentada ao longo da vida. Acima de tudo, é a busca de um sentido, de uma ligação fatalmente determinada por uma forma de vida que se soma, que se articula e que se confunde com os próprios livros.

MARISA MIDORI DEAECTO  
*Universidade de São Paulo*



## Sessenta Anos de Solidão

A história do livro no Brasil começa em 1747, quando o tipógrafo português Antônio Isidoro da Fonseca imprime no Rio de Janeiro a *Relação da Entrada* do bispo Dom Antônio do Desterro Malheiro na cidade. A obra de Luís Antônio Rosado da Cunha nem chega a ser um livro, apenas um folheto de vinte e duas páginas, laudatório e inócuo, sem qualquer conotação política, mas é interpretado como um sinal de alerta pelo governo da Metrópole. A arte da imprimeira viola a política lusa de estrangular qualquer tentativa de expressão do pensamento por parte dos brasileiros. ¶ A reação é imediata. No dia 10 de maio do mesmo ano, uma ordem régia determina o sequestro e o envio para o Reino das letras de imprensa de propriedade de Antônio Isidoro e a deportação do tipógrafo para a Metrópole. Uma nova ordem régia, de 6 de julho, proíbe a impressão de “papéis” na Colônia, cominando para os transgressores a prisão e partida para Lisboa, “para se lhes imporem as penas em que tiverem incorrido”<sup>2</sup>. ¶ A atitude dura da Corte adia por mais de sessenta anos a instalação da imprensa no Brasil. Só em 1808, através de decreto de 13 de maio, Dom João VI reconhece a “necessidade que há da oficina de impressão nestes Meus Estados”<sup>3</sup> e autoriza a criação da Impressão Régia. É uma espécie de grito do Ipiranga antecipado. ¶ Da pequena tipografia, instalada na rua dos Barbons (atual Evaristo da Veiga), saem avisos, alvarás, ordens régias, sermões, epicédios, epínícios, grande número em página única, e o primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. E também livros científicos e literários, em sua maioria traduções, e algumas obras de autores nacionais: *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, *A Assunção*, de Frei Francisco de São Carlos, *Corografia Brasílica*, de Aires do Casal. ¶ Como contrapeso, institui-se também a censura prévia através da instrução de 24 de junho de 1808, a qual determina “que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”<sup>4</sup>, este último o mais perigoso, sujeito ao arbítrio de opiniões pessoais e de concepções morais. ¶ Apesar da garra de ferro da censura e de seu ranço moralista, a própria Impressão Régia<sup>5</sup>, sem ter consciência do fato, começa a acolher os ventos de modernidade que chegam da Europa. A primeira brecha na fortaleza repressora vem com a atividade de trabalhar para terceiros. Estas edições ostentam a declaração “com licença de S. A. R.”, enquanto nas publicações oficiais consta ter sido impressa “por ordem de S. A. R.” ¶ A partir de 1810 Paul

O primeiro livro impresso no Brasil •  
Reação da Corte portuguesa • Impressão  
Régia • Primeiras tipografias particulares •  
O livro brasileiro • Capas

<sup>1</sup> O título completo da obra é *Relação da Entrada que Fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheiro, Bispo do Rio de Janeiro, em o Primeiro Dia deste Presente Ano de 1747, Havendo Sido Seis Anos Bispo do Reino de Angola, Donde por Nomeação de Sua Majestade e Bula Pontificia, Foi Promovido para Esta Diocese, Composta pelo Doutor Luís Antonio Rosado da Cunha*, Rio de Janeiro, Na Segunda Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca – Ano de 1747, in 4°, de 20 pp. nums. e 1 f. in-fine, de licenças.

<sup>2</sup> Ordem régia de 6 de julho de 1747 (Wilson Martins, *A Palavra Escrita*, São Paulo, Anhembi, 1957, p. 341).

<sup>3</sup> Decreto de 13 de maio de 1808 (Wilson Martins, *op. cit.*, p. 344).

<sup>4</sup> Instruções de 24 de junho de 1808 (Carlos Rizzini, *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1988, edição fac-similar, p. 317).

<sup>5</sup> Em 1815 muda o nome para Regia Officina Typographica e em 1818 para Typographia Real. Em setembro de 1821 passa a se chamar Impressão Nacional. Através de portaria de 30 de janeiro de 1826 ganha a denominação de Typographia Nacional e Imperial e, a partir de dezembro de 1830, a de Typographia Nacional, mantida até 1885.



Martin, o primeiro livreiro-editor brasileiro, passa a imprimir livros na imprensa oficial. Atendendo ao gosto de fantasia e evasão dos brasileiros e ao prestígio crescente da ficção, o francês lança os primeiros romances e novelas publicados no Brasil, clássicos consagrados como *O Diabo Coxo* de Lesage, novidades francesas do tipo das *Verdades Sonhadas* e *Novelas da Outra Vida Traduzidas a Esta por X. X. X* e outras nas quais já se impõe uma nova sensibilidade, mesclada de melancolia, inquietação e inconformismo, conhecida como romantismo: *Paulo e Virginia* e *A Choupana Indiana*, de Bernardin de Saint-Pierre, impressas sem nome do autor; *Cartas Peruvianas*, novela epistolar de Madame de Graffigny; *Cartas de Heloaze a Abailardo* (Heloísa a Abelardo).

Por treze anos, a Impressão Régia é a única tipografia do Rio de Janeiro. Durante este período, em outras cidades, alguns particulares se estabelecem no ramo, se bem que de maneira bastante tímida. Na Bahia, desde 1811, Manuel Antônio da Silva Serva dispõe de tipografia própria. Quatro anos depois, surge em Recife o estabelecimento gráfico de Ricardo Rodrigues Catanho.

Na Corte, só em 1821, aparece a primeira tipografia particular, a Nova Oficina Tipográfica e, no ano seguinte, a Tip. de Moreira e Garcez, decisivas na mudança de mentalidade que, favorecida pela suspensão da censura<sup>6</sup>, culmina com o fim do domínio colonialista luso.

A imprensa, os livros e os folhetos escritos então por brasileiros lançam para o lixo a velha mentalidade do

colonizado e se estruturam em reivindicação política, apaixonada e confusa, mas com um objetivo bem determinado: a separação do país da metrópole. Desde algum tempo, meditando e escrevendo sobre a sua terra e sua gente, o brasileiro vinha descobrindo a si mesmo, suas peculiaridades e anseios como povo. A princípio, de maneira incipiente e um tanto atordoada, como o cego que vê a luz pela primeira vez. Agora, com gana e fúria, entregue ao perigoso exercício de refletir sobre a vida, o seu lugar no mundo, a realidade política e social, sacudindo o conformismo e acelerando o processo da independência.

Neste período de extrema agitação política e conflito social, o livro brasileiro consolida algumas características gráficas, fiel ao modelo português, adotado pelas edições da imprensa oficial brasileira.

No que se refere ao seu traje, o livro, como ocorre desde o século XVI, sai da gráfica tendo como primeiro elemento visual a folha de rosto, sendo encadernado pelo livreiro ou entregue ao cliente no estado, para que este o encaderne ao seu gosto. A ideia de um revestimento protetor do livro, a capa de brochura, só surge na década de 1820 com o aumento vertiginoso das edições, coerente com o processo de industrialização do início do século XIX. É uma revolução que muda a apresentação do livro e a sua relação com o leitor. A partir daí, a capa passa a ser imprescindível como proteção ao livro e como elemento de sedução visual do leitor.

<sup>6</sup> A censura prévia foi extinta pelo decreto de 2 de março de 1821.